

De que Maneira os Cursos de Psicologia Abordam a Temática de Gêneros e Sexualidades? Uma Análise de Questionários Aplicados a Estudantes de Graduação em Psicologia da Região de Curitiba/PR

Fernanda R. Cabral Bonato¹ , Roberta C. Gobbi Baccharim² , Adriane Mussi³
e Norma da Luz Ferrarini⁴

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Resumo: Compreendendo a importância da formação de estudantes para o trabalho com demandas em sexualidade, este artigo apresenta dados que foram coletados por meio da aplicação de questionários virtuais a estudantes dos dois últimos anos do curso de Psicologia sobre a maneira como os cursos abordam a temática de gêneros e sexualidade. Participaram, ao total, 57 alunos(as) de cinco Instituições de Ensino Superior (IES), sendo uma delas da rede pública e as outras quatro da rede privada. A análise dos dados foi realizada de maneira descritiva pela elaboração de gráficos comparativos. Entre os resultados, pôde-se compreender que: somente duas IES possuíam, em sua grade curricular obrigatória, alguma disciplina específica orientada para os estudos das sexualidades; que a maior parte dos eventos sobre a temática são extracurriculares; que as disciplinas não abordam os transtornos da sexualidade; que as sexualidades e gêneros são abordados de maneira interseccional em outras disciplinas do curso. Conclui-se que, para uma formação orientada para uma prática profissional ética e comprometida com o atendimento integral das demandas em saúde sexual, faz-se urgente a implementação de disciplinas obrigatórias sobre gêneros e sexualidades nos cursos de Psicologia da região de Curitiba/PR.

Palavras-chave: sexualidades, graduação, psicologia, gêneros

How do Psychology Courses Approach the Theme of Gender and Sexuality? An Analysis of Questionnaires Applied to Psychology Undergraduate Students from Curitiba/PR

Abstract: Understanding the importance of training students to work with demands in sexuality, this article presents data that was collected through the application of virtual questionnaires to students in the last two years of the Psychology course on how the courses approach the theme of gender and sexuality. A total of 57 students from five Higher Education Institutions took part, one of which was public and the other four private. The data was analyzed descriptively by drawing up comparative graphs. The results showed that: only two Institutions had a specific subject on sexuality studies in their compulsory curricula; that most of the events on the subject are extracurricular; that the subjects do not address sexuality disorders; sexualities and genders are addressed in an intersectional way in other subjects in the course. The conclusion is that, in order to provide training geared towards ethical professional practice and committed to providing comprehensive care for sexual health demands, it is urgent to implement compulsory subjects on gender and sexuality in psychology courses in the Curitiba/PR region.

Keywords: sexuality, undergraduate, psychology, gender

¹ Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. *E-mail:* fernandacbonato@gmail.com

² Mestra em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná. *E-mail:* roberta.gobbi@gmail.com

³ Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. *E-mail:* adriane.mussi@gmail.com

⁴ Pós-doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. *E-mail:* normadaluzf@gmail.com

Submetido em: 04/05/2023. Primeira decisão editorial: 14/08/2023. Aceito em: 11/09/2023.

Introdução

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Psicologia foram aprovadas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) no ano de 2004, através da Resolução nº 8, de 12 de maio de 2004. Conforme artigo 3º observa-se que os cursos de “graduação em Psicologia tem como meta central a formação do Psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia”, devendo, ainda, garantir a construção do conhecimento, a compreensão dos fenômenos psicológicos, o reconhecimento da diversidade do ser humano, a compreensão dos fenômenos sociais e sua relação com a estruturação subjetiva humana, além de propiciar aos(às) estudantes a possibilidade de atuação ampla em diferentes contextos, respeitando a ética e fomentando a formação continuada (*Resolução nº 8, 2004, p. 1*).

A Resolução nº 8 foi mantida até 05 de março de 2011, quando a Resolução nº 5 do Ministério do Ensino e da Cultura (MEC), do CNE e da Câmara de Educação Superior instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia (*Resolução nº 5, 2011*) estabelecendo novas orientações e normas para o projeto pedagógico complementar na Formação de Professores de Psicologia (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2018). Esta nova Resolução teve como objetivo orientar “princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação” do curso de Psicologia (*Resolução nº 5, 2011, p. 1*) e, segundo o Conselho Federal de Psicologia:

ao invés de indicar disciplinas e conteúdos específicos como fazia o Currículo Mínimo, a nova regulamentação tomando como base o perfil da(o) profissional que se pretende formar, estabelece princípios e fundamentos, conhecimentos e competências gerais e específicas a serem desenvolvidos e articulados em torno de eixos estruturantes. Reconhece o fenômeno psicológico como multideterminado e histórica e culturalmente contextualizado, a diversidade de orientações teórico-metodológicas da Psicologia e a diversidade de práticas, de processos de

trabalho de contextos de inserção profissional. (CFP, 2018, p. 17)

Apesar da nova Resolução, alguns artigos da Resolução antiga (nº 8) foram mantidos, como os artigos 7º e 8º que dispõem sobre a identidade do curso de Psicologia, continuando a afirmar que a formação acadêmica se faz por meio de um núcleo comum de formação, constituído por um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos (*Resolução nº 5, 2011*).

Segundo estes artigos:

Art. 7º O *núcleo comum* da formação em Psicologia estabelece uma base homogênea para a formação no País e uma capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação.

Art. 8º As *competências* reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional um domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais, e na promoção da qualidade de vida. (*Resolução nº 5, 2011, p. 3*)⁵

Fernando González Rey (2001, p. 11) nos aponta que o propósito da educação “não é simplesmente o de efetivar um saber na pessoa, mas seu desenvolvimento como sujeito capaz de atuar no processo em que aprende e de ser parte ativa dos processos de subjetivação associados com sua vida cotidiana”. Assim, estarão os cursos de graduação em Psicologia da região de Curitiba abordando temáticas relacionadas a gêneros⁶ e sexualidades no decurso da graduação e, caso estejam, de que maneira?

⁵ Para maiores informações sobre a formação e regulamentação dos cursos de Psicologia no Brasil, assim como as bases teóricas curriculares vide capítulo 1 da dissertação de mestrado de Bonato (2019).

⁶ O termo gênero refere-se não ao que as ciências médicas e biológicas tradicionalmente identificam como sexo masculino e feminino, mas sim ao conjunto de comportamentos, identidades e papéis socialmente construídos sobre as masculinidades, feminilidades, transexualidades, travestilidades, às pessoas agênero, não binárias e outras formas de identificação, vivência e expressões não cisnormativas.

Para responder a esta pergunta, foi desenvolvida ao longo dos anos de 2017 a 2019 uma pesquisa de mestrado intitulada “A formação científica sobre sexualidade nos cursos de graduação em Psicologia da região de Curitiba” (Bonato, 2019), cujo objetivo principal era o de investigar a formação científica a respeito da sexualidade humana em atividades acadêmicas e nos currículos de cursos de graduação em Psicologia da região de Curitiba, uma vez que pesquisas previamente realizadas apontam uma lacuna na formação acadêmica de diversas graduações, no que tange às referidas temáticas (Borges et al., 2013; Paiva, 2008; Senem, 2015; Sposito, 2015).

Para tanto, foi realizada a análise das matrizes curriculares dos cursos de Psicologia de cinco Instituições de Ensino Superior (IES) coparticipantes, assim como a análise dos ementários destes cursos, a realização de oficinas temáticas e, por fim, aplicação e análise de questionários com estudantes destes cursos.

Neste artigo serão compartilhados os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários *on-line* aos(as) estudantes que cursavam os dois últimos anos ou quatro últimos períodos do curso de Psicologia, uma vez que os resultados da análise dos ementários e das matrizes curriculares podem ser encontrados no capítulo de livro intitulado “O que a análise dos ementários e matrizes curriculares de cursos de graduação em Psicologia nos diz sobre a formação de psicólogas(os) diante da sexualidade humana?” em Bonato, Mussi, Ferreira, et al. (2022), e das oficinas temáticas em “Oficinas sobre sexualidade: uma possibilidade para suprir lacunas na formação em Psicologia?” (Bonato, Mussi & Ferrarini, 2022).

A aplicação do questionário *on-line* buscou compreender como o ambiente acadêmico promove a discussão e a formação acerca de temas relacionados a gêneros e sexualidades, como: orientação sexual, identidade de gênero, ciclo de resposta sexual humana, disfunções sexuais, comportamentos parafilicos e parafilias, educação em sexualidade, atuação da Psicologia diante de atendimentos sobre a temática da sexualidade humana nos mais diversos campos de atuação passíveis ao(à) profissional.

Método

Para a execução de toda a pesquisa de mestrado, incluindo a análise do ementário dos cursos de Psicologia das IES coparticipantes, além de oficinas temáticas, aplicação e análise de questionários, foram enviados *e-mails* para todas as coordenações dos dez cursos existentes à época na região, sendo que, dos dez *e-mails* enviados, oito foram respondidos, sendo agendadas reuniões com os(as) referidos(as) coordenadores(as) de cursos. Entretanto, destes(as) oito coordenadores(as) que responderam o *e-mail*, somente seis concordaram com a possibilidade de agendamento da reunião, já que duas das instituições se recusaram a firmar a coparticipação com a pesquisa ainda por *e-mail*.

Dos seis encontros agendados, cinco coordenadores de cursos de Psicologia firmaram a parceria seguindo os requisitos solicitados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Saúde da Universidade Federal do Paraná, sendo uma delas pública e quatro da rede particular.

Somente após este acordo de coparticipação é que a efetiva divulgação da pesquisa começou a ser realizada, na modalidade presencial, em todas as salas de aula do quarto e quinto ano, ou, ainda, do sétimo, oitavo, nono e décimo período dos cursos de Psicologia das IES coparticipantes. Buscaram-se os(as) estudantes que já haviam vivenciado mais da metade da vida acadêmica do curso de Psicologia, uma vez que a graduação em Psicologia no Brasil tem a duração de cinco anos, possibilitando uma visão mais abrangente do que é abordado sobre sexualidade no decurso destes anos de formação. A divulgação também foi feita por meio digital, através da rede social Facebook dos centros acadêmicos das distintas IES e por mensagem enviada via grupos de WhatsApp gerenciado por estudantes representantes das referidas turmas.

Assim, entre os meses de maio e julho de 2018, alunos(as) que cursavam os dois últimos anos do curso de Psicologia ou os quatro últimos períodos das cinco IES coparticipantes foram convidados(as) a responder o questionário *on-line* através de uma página do Google Forms.

O questionário, composto por seis questões acerca de temas relacionados à sexualidade humana, era acompanhado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cuja assinatura era imprescindível para participação na pesquisa.

O objetivo geral do questionário foi o de investigar a formação científica nos cursos de graduação de Psicologia a respeito das temáticas de gêneros e sexualidades, complementando as informações previamente obtidas por meio da realização das oficinas, das matrizes curriculares e da análise dos ementários.

Para a análise de dados, foi utilizado o método de estatística descritiva, a fim de organizar, descrever e resumir os dados, permitindo uma visão global da informação coletada de maneira compreensível e concisa. Este método foi definido para que uma melhor visualização da média obtida nas respostas fosse possível. Os dados foram organizados em gráficos que permitiram às pesquisadoras e aos(as) leitores(as) uma forma rápida e objetiva de visualização dos dados.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná sob processo número CAEE 71407315.5.0000.0102, parecer número 2.247.961.

Resultados

No total, 57 questionários foram respondidos, destes, observou-se que nove pessoas que o responderam (16%) cursavam a universidade pública, enquanto 48 (84%) cursavam instituições da rede privada de Ensino Superior. Entre os(as) estudantes, observou-se uma participação equitativa, em números, de cada instituição coparticipante, não existindo nenhuma instituição com um número muito mais expressivo em detrimento de outra.

Em relação ao período letivo cursado pelos(as) alunos(as), verificou-se que 52,7% encontravam-se no último ano letivo, enquanto os(as) estudantes que cursavam o penúltimo ano da graduação somaram 43% da amostra. Os(as) outros(as) 3,5% foram estudantes que, por algum motivo não exposto na

pesquisa, encontravam-se desperiodizados⁷ entre os períodos englobados na amostra.

Quanto ao estudo em sexualidade, 38,6% (22) dos estudantes informaram que em sua IES havia uma disciplina de sexualidade, enquanto 61,4% informaram não haver na grade curricular uma disciplina específica para abordar os aspectos desta temática.

Segundo os(as) participantes, pode-se afirmar que até o ano de 2018 somente duas das IES ofereciam uma disciplina específica sobre sexualidade humana. Estas disciplinas tinham os nomes: “Gênero, sexualidade e políticas públicas”, oferecida por um Centro Universitário e “Psicologia da Sexualidade”, oferecida por uma Universidade. Estes(as) 22 participantes que responderam que havia o oferecimento de uma disciplina específica sobre sexualidades faziam parte da rede privada de Ensino Superior.

Assim, segundo as respostas de estudantes, três IES, sendo uma da rede pública e duas privadas, não oferecem uma disciplina específica sobre sexualidades na grade obrigatória. Entretanto, este dado deve ser analisado com cautela, pois há uma divergência de informações quanto a uma IES, uma vez que cinco alunos(as/es) de uma universidade privada afirmam a existência da disciplina, enquanto sete da mesma universidade afirmam que esta IES não a oferecia. Destes que afirmam o oferecimento da disciplina, três indicam um nome para ela, mas de maneira divergente, como “Ênfase em sexualidade”, “Recursos terapêuticos para sexualidade” e “Sexualidade”. Os(as) outros(as) dois(duas) estudantes que afirmam a existência, ou não citam o nome, ou expuseram que não se recordavam. Porém, analisando os ementários e matrizes curriculares, constatou-se que a Universidade privada em questão, até 2018, não oferecia nenhuma disciplina específica em Sexualidade. Fato contraditório, visto que esta mesma Universidade, que não possui a disciplina na grade curricular de disciplinas obrigatórias, contava já à época com um curso de especialização nesta temática voltado para profissionais da saúde

⁷ A desperiodização acontece quando um(a) estudante, devidamente matriculado(a/e) e em curso, que, por algum motivo (transferência, interrupção, trancamento de matrícula etc.), cursa disciplinas em diferentes turmas e períodos.

e educação.

Entretanto, os dados obtidos por meio da aplicação do questionário *on-line* apontam que temas relacionados a sexualidades e gêneros são trabalhados no decurso da formação acadêmica em Psicologia, mesmo que não o sejam por meio de uma disciplina específica.

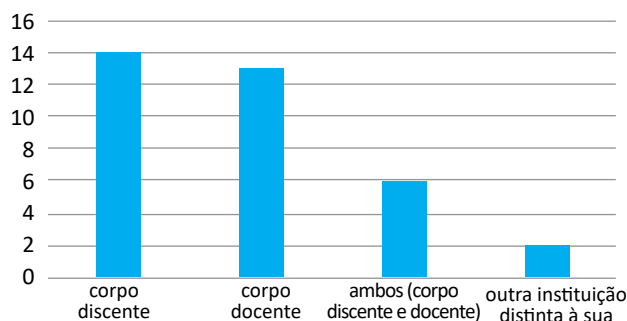
Por meio das respostas, 75,4% dos(as) estudantes afirmaram que conteúdos alusivos a sexualidades e gêneros foram abordados no decurso da formação acadêmica no/pelo ambiente acadêmico, em detrimento de 24,6%, que afirmam que esta abordagem não existiu. Estes(as) estudantes que responderam positivamente à abordagem informam que temas relacionados a gêneros, identidade de gênero, transexualidade, diversidade sexual, relacionamentos afetivos, incluindo questões LGBTI+, preconceito, homofobia, lesbofobia e transfobia, orientação sexual, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), diferença entre sexo e sexualidade, vivência da sexualidade conforme as diferentes fases do ciclo da vida, políticas públicas e sexualidade, violência sexual, feminismo, teoria *queer* e o papel do(a) psicólogo(a) diante de demandas relacionadas a gêneros e sexualidades foram trabalhadas em algum momento da formação acadêmica.

Estes(as) graduandos(as) em Psicologia citaram que as disciplinas: Psicanálise, Ética, Psicologia da Saúde, Psicologia Comunitária, Psicologia do Adulto, Psicologia da Infância e Adolescência, Psicologia Social, Psicologia Histórico-cultural, Psicologia da Inclusão, *Gestalt* Terapia, Psicopatologia, Psicologia Jurídica, Psicologia Escolar, Temas Emergentes, Antropologia e Genética, discutiram a temática da sexualidade das aulas. Ademais, observou-se que, para além das disciplinas citadas, 33 estudantes (57,9%) afirmaram que a temática também foi trabalhada por meio de outros recursos pedagógicos, como projetos de pesquisa, extensão e/ou outras atividades, enquanto 24 (42,1%) informaram que não participaram de nenhum evento sobre estas temáticas.

Em relação aos eventos realizados no ambiente de Ensino Superior sobre gêneros e sexualidades, constatou-se que estes foram promovidos quase de maneira igualitária entre o

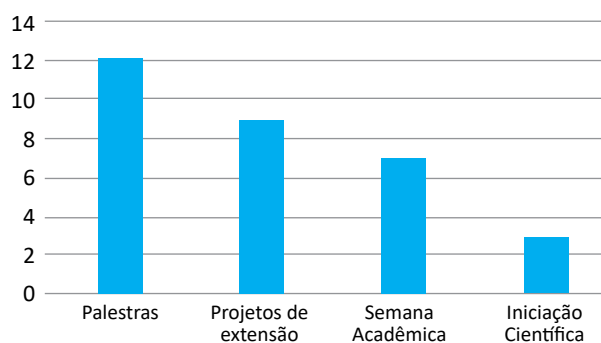
corpo docente e discente. O Gráfico 1 mostra que 14 participantes avaliam que as atividades foram organizadas pelo corpo discente e 13 pelo corpo docente das IES.

Gráfico 1
Responsabilidade pela realização das atividades diante de temas relacionados a sexualidades



Entre os eventos realizados, os(as) estudantes citaram que as semanas acadêmicas, os projetos de extensão e as palestras foram as formas mais utilizadas, e em menor proporção a iniciação científica, para a promoção de debates e troca de saberes sobre temas relacionados à sexualidade humana, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2
Formas de participações em eventos extracurriculares sobre a temática da sexualidade humana



Outros eventos foram também apontados como: cursos, elaboração de monografias, atividades do centro acadêmico, rodas de conversa, oficinas, coletivos, participação em projetos de mestrado, semana do orgulho, mesas redondas, grupos de estudos, congressos sobre a temática, eventos com convidados e a elaboração de peças de teatro. Os(as) estudantes citaram que os temas trabalhados nestes encontros se relacionavam à orientação sexual,

incluindo a temática da diversidade sexual, orientação homossexual, bissexual, pansexual e heterossexual e os preconceitos sociais vivenciados por sujeitos identificados com uma sexualidade divergente da heterossexualidade, incluindo questões de homofobia e violência à população LGBTI+.

Além de questões relacionadas à orientação sexual, os(as) alunos(as) citaram que questões envolvendo gêneros, como identidade de gênero e transexualidade foram abordados nestes encontros. Feminismos, o machismo e os direitos da mulher também foram temas explorados nas atividades promovidas no ambiente acadêmico, assim como a interface de políticas públicas com a sexualidade. Todavia, apesar dos(as) alunos(as) apontarem que as ISTs foram trabalhadas, nenhum(a) identificou que questões relacionadas ao ato e comportamento sexual foram abordadas pelo e no ambiente de Ensino Superior, ficando excluído do debate questões relacionadas à saúde sexual, fisiologia sexual, prazer, orgasmo, disfunção sexual, parafilias e comportamentos parafilicos.

Discussão

Ainda que 61,4% dos(as) estudantes tenham apontado que não existe uma disciplina específica sobre gêneros e sexualidades em seu curso de graduação, 75,4% informaram que os temas referentes a sexualidades e gêneros foram abordados no decorrer da formação em Psicologia.

Segundo eles(as), a temática da sexualidade humana foi discutida ao longo da formação acadêmica, algo que é comprovado por meio da análise dos ementários, haja visto que por meio desta análise observou-se que dezoito disciplinas obrigatórias das cinco IES coparticipantes discutiam aspectos da sexualidade em algum momento da formação curricular, sendo elas: Anatomia Humana, Psicanálise II, Psicologia e Processos de Inclusão, Introdução à Psicanálise, Teoria da Psicanálise, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Corporal, Psicodrama, Fundamentos da Psicanálise, Pessoas com Necessidades Especiais II, Psicanálise I, Psicanálise III, Psicologia Social e Psicanálise, Neuroanatomofisiologia, Psicologia do

Desenvolvimento, Transtornos do Desenvolvimento e Deficiências, Psicanálise e, por fim, Psicologia Humanista.

Estes dados apontam que disciplinas com bases epistemológicas da psicanálise são as que mais abordam a temática da sexualidade na formação acadêmica de Psicologia, uma vez que 44,4% da abordagem da sexualidade em sala de aula se fez por meio desta corrente teórica.

Contudo, é importante ressaltar que os(as) estudantes informaram que as discussões sobre sexualidades e gêneros também se fizeram presentes em disciplinas como: Psicologia da Saúde, Psicologia Comunitária, Psicologia Social, Psicologia Histórico-cultural. Segundo estes dados, estas disciplinas manifestam uma preocupação na interseccionalidade entre saúde mental, indivíduo, sexualidades, gêneros e aspectos históricos, sociais e culturais. Este fato, da temática ser trabalhada em outras disciplinas não específicas, pode refletir a preocupação do corpo docente em instrumentalizar os(as) estudantes a compreenderem que as questões relacionadas às sexualidades e gêneros são plurais a outros aspectos da vida e fundamentais para o acolhimento ético e humanizado em Psicologia, independente da abordagem teórica ou especialidade técnica.

Outro ponto a ser discutido refere-se à comparação das respostas do questionário com a análise dos ementários, no que se refere a disciplinas obrigatórias sobre sexualidade humana. Constata-se ainda que, atualmente, somente duas das IES coparticipantes oferecem esta disciplina de maneira obrigatória. Essas disciplinas obrigatórias têm periodicidade semestral e são lecionadas nos últimos períodos da graduação. Ambas trabalham com temáticas envolvendo conceitos de sexualidades, gêneros e corpo; diferenciação entre “sexo”, “gênero” e “sexualidade”; história dos estudos de sexualidade humana; direitos sexuais e reprodutivos; sexualidade na contemporaneidade; dinâmicas sociais e culturais em interação com os gêneros e sexualidades.

Por meio da análise dos ementários, percebeu-se uma ênfase na construção histórica, cultural e política da sexualidade, assim como na reflexão sobre a interação entre movimentos sociais

e a normatização da sexualidade e dos gêneros. Os temas relacionados à violência de gênero e contra a mulher, violência doméstica, familiar e políticas públicas direcionadas às mulheres e pessoas LGBTIs também são trabalhados por uma das duas disciplinas obrigatórias de sexualidade, segundo dados obtidos por meio da análise do ementário (Bonato, Mussi, Ferreira et al., 2022).

Apesar dos(as) estudantes terem apontado que houve debates sobre sexualidades e gêneros, não relataram um trabalho específico sobre os transtornos da sexualidade presentes nas Classificações Estatísticas Internacionais de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11), produzido pela Organização Mundial de Saúde — OMS, ou, ainda, nos Manuais Diagnósticos e Estatísticos dos Transtornos Mentais (DSM-5 e DSM-5-TR), produzido pela Associação Americana de Psiquiatria — APA.

Os transtornos da sexualidade caracterológicos⁸ são demandas recorrentes em consultas psicológicas (Catelan, 2022), mas que podem ser mal manejadas se o(a) profissional não recebe pelo menos uma formação introdutória sobre a temática. É imprescindível que o(a) psicólogo(a) sinta-se confortável para indagar seus(suas) pacientes sobre estas questões e que possa fazer o encaminhamento para um(a) profissional com especialização nesta área, quando necessário, mas, para isso, é imprescindível que as graduações abordem esta temática (Paiva, 2008).

Para além de conhecer os diagnósticos da sexualidade, este debate é importante para uma melhor compreensão das dinâmicas presentes nos relacionamentos, uma vez que muitas queixas de relacionamentos encobrem disfunções sexuais que são tratáveis com o acompanhamento adequado (Mazer, 2020). Portanto, a abstenção dos cursos em oferecerem disciplinas sobre esta temática acaba se tornando um consentimento para uma prática profissional negligente, em desconformidade com o Código de Ética do Profissional da Psicologia (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005).

Fato esse que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946), a saúde só pode

ser compreendida por uma ótica ampliada, de um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou enfermidade. Para alcançá-la, há de se considerar a importância da vida sexual e o conforto com o gênero no bem-estar pessoal, pois, segundo o mesmo órgão, a sexualidade

é um aspecto central sobre a vida do ser humano e engloba sexo, identidade e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. Sexualidade é experimentada e expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Enquanto a sexualidade pode incluir todas essas dimensões, nem todas elas são sempre experimentadas ou expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação dos fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais. (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2006, p. 5)

Desta maneira, profissionais que trabalham diretamente com o sofrimento mental devem estar instrumentalizados(as) teoricamente para acolher, identificar e/ou encaminhar pessoas com tais demandas para o atendimento apropriado, a fim de promover a saúde mental e prevenir sofrimento psicológico, assim como dispõe o Código de Ética do Profissional da Psicologia (CFP, 2005).

Ainda sobre dados obtidos pelo questionário, conforme apontado pelos(as) estudantes, as informações recebidas na graduação sobre a temática estão muito limitadas aos eventos extracurriculares, o que não alcança toda a população de graduandos(as), visto que 42% da amostra afirmou não ter participado de nenhum evento similar, além de se limitar a um formato que diminui a participação dos(as) alunos(as) para que possam interagir e tirar dúvidas.

Muitas das atividades extracurriculares são realizadas em período distinto da grade regular, o que impede que estudantes que trabalham, ou estagiam, em período distinto ao que cursam a Universidade, possam estar presentes nestes eventos. Ademais, é importantíssimo refletir e apontar que se metade

⁸ Para o entendimento dos transtornos da sexualidade nos manuais DSM-5-TR e CID-11, ver Bonato e Baccarim (2023).

destes eventos são organizados pelos(as) próprios(as) discentes, como informado nos questionários, há uma demanda para este aprofundamento teórico por parte dos(as) estudantes que não tem sido acolhida pela grade curricular de maneira obrigatória e/ou optativa.

Os(as/es) estudantes apontaram que a atividade de iniciação científica e o desenvolvimento de pesquisas também os(as/es) aproximaram do estudo da sexualidade humana, o que aponta que essa modalidade de ensino e aprendizagem pode ser mais utilizada no espaço das IEs para o trabalho, pesquisa e estudo de temas que envolvam questões de gêneros e sexualidade, seja na presença ou ausência do oferecimento de disciplinas obrigatórias ou optativas sobre estas temáticas, não só para favorecer a aproximação com esses conteúdos, mas como forma de produzir conhecimento científico.

Outro ponto a ser levantado é o fato de que uma das IES coparticipantes, particular, não disponibiliza, por meio de matéria obrigatória e/ou optativa, o estudo sobre gêneros e sexualidades aos(às) estudantes de Psicologia, mas o faz por meio de uma Pós-graduação específica em Sexualidade e Educação Sexual, o que se torna contraditório, pois, como um conhecimento tão fundamental para a formação ética do(a) profissional de Psicologia é negado ao curso de Psicologia da referida IES, mas o faz por meio de uma Pós-graduação paga?

Por fim, é importante considerar que as ênfases curriculares apontam que as discussões e conhecimentos oferecidos pelas instituições universitárias não devem se restringir somente ao ambiente de sala de aula (*Resolução nº 5, 2011*). Quando se fala sobre sexualidade humana, está sendo discutido sobre a subjetividade individual e social (Quevedo, 2017), o que abarca inúmeras possibilidades de discussões que podem ultrapassar esse momento de transmissão de saber em sala de aula, como, por exemplo, por meio das atividades extracurriculares, expostas acima, e dos estágios.

Sobre isso, é importante pontuar que aqueles(as) que responderam ao questionário não trouxeram nenhuma informação sobre estágios voltados à sexualidade humana, sendo que esta poderia ser uma maneira de as IES suprirem a lacuna

na formação profissional, instrumentalizando, então, os(as) futuros(as) profissionais da Psicologia diante das demandas envolvendo gêneros e sexualidades, para que, em sua prática profissional, possam exercer a profissão seguindo as disposições do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005).

Considerações Finais

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, pela Resolução nº 5/2011, expedida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, é necessário que estes cursos ofereçam um núcleo comum de formação e estabeleçam uma base hegemônica de conteúdo e conhecimento em todo o território brasileiro, de maneira a capacitar, de forma básica, os(as) estudantes de Psicologia diante de todos os conteúdos que formam essa ciência (*Resolução nº 5, 2011*). O artigo 8º da referida Resolução afirma que as graduações devem garantir ao(à) profissional em formação um domínio básico de conhecimentos psicológicos que capacite-o(a) de utilizá-los em diferentes contextos envolvendo a investigação, a análise, a avaliação, a prevenção e atuação profissional em processos psicológicos e psicossociais, assim como na promoção da qualidade de vida. Entretanto, o que a pesquisa em tela conclui é que esta formação não está sendo realizada por meio de disciplinas específicas sobre gêneros e sexualidades nos cursos de graduação em Psicologia da região de Curitiba, mas, sim, por meio de atividades extracurriculares de responsabilidade, idealização, planejamento e execução do corpo discente e docente, o que nem sempre faz com que os(as) estudantes de Psicologia se deparem, conheçam, aprendam e se instrumentalizem sobre aspectos que formam essa temática.

Faz-se esta afirmação porque, segundo os dados obtidos por meio da aplicação do questionário *on-line*, somente duas IES coparticipantes oferecem uma disciplina obrigatória sobre a temática da sexualidade humana. Ambas as disciplinas têm periodicidade semestral e trabalham a temática a partir da relação histórica, social, cultural e política

da sexualidade. Estas duas disciplinas obrigatórias trabalham a sexualidade a partir de conceitos de sexualidade, gênero e corpo; diferenciação entre “sexo”, “gênero” e “sexualidade”; história dos estudos de sexualidade humana; direitos sexuais e reprodutivos; sexualidade na contemporaneidade; dinâmicas sociais e culturais em interação com os gêneros e sexualidades; temas relacionados à violência de gênero e contra a mulher; violência doméstica, familiar e políticas públicas direcionadas às mulheres e pessoas LGBTIs.

Em torno de 75% dos(as) estudantes apontam que os temas referentes a sexualidade e gêneros foram abordados de maneira pontual e insuficiente no decorrer da formação acadêmica, mas é importante observar que quase 44% deste trabalho foi feito com base em conhecimentos da teoria psicanalítica. Os(as) estudantes informaram que as discussões sobre sexualidade também se fizeram presentes em disciplinas relacionadas à Psicologia Social, o que denota que as disciplinas que utilizam desta base epistemológica manifestam uma preocupação na interseccionalidade entre saúde, indivíduo, sexualidades e gêneros em uma perspectiva histórica, social e cultural.

Temas envolvendo a sexualidade humana também são abordados por distintas disciplinas como: Psicologia da Saúde, Psicanálise, Psicologia Comunitária, Anatomia Humana, Psicologia Social, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Histórico Cultural, Psicodrama, entre outras. Contudo, faz-se importantíssimo perceber que questões sobre função e disfunção sexual, saúde sexual, fisiologia sexual, prazer, orgasmo, assim como parafilias e comportamentos parafilicos não foram abordados em nenhum momento da formação acadêmica/profissional.

Estes dados apontam para um sério prejuízo à formação do(a) futuro(a) psicólogo(a) da região de Curitiba, pois há um espaço escasso que fomenta debates e aprofundamento teórico e prático diante das demandas da sexualidade humana, em detrimento de um desejo e interesse dos(as) estudantes sobre esta temática e uma necessidade de formação acadêmica diante de aspectos que a constituem.

Como visto, a temática é trabalhada por meio de outros recursos pedagógicos distintos da sala de aula, como projetos de pesquisa, extensão, elaboração de monografias, atividades do centro acadêmico, rodas de conversa, oficinas, coletivos, participação em projetos de mestrado, Semana do Orgulho, mesas redondas, grupos de estudos, congressos sobre a temática, eventos com convidados e a elaboração de peças de teatro. Esta lacuna fere as diretrizes que o Conselho Federal de Psicologia emitiu como contribuições ao Ministério do Trabalho no documento intitulado “Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil”, emitido no ano de 1992, uma vez que neste documento o CFP explica que o(a/e) psicólogo(a/e) brasileiro(a) pode atuar “no âmbito da educação, saúde, lazer, trabalho, segurança, justiça, comunidades e comunicação com o objetivo de promover, em seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano” (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 1992, p. 1).

Conforme apontam Goulart et al. (2019, p. 7, tradução nossa⁹) “As práticas educativas orientadas para o desenvolvimento subjetivo estimulam a possibilidade da emergência de indivíduos como sujeitos nas diferentes práticas humanas”. Entretanto, desconhecendo aspectos da sexualidade humana e não tendo espaço regular na formação acadêmica/profissional, estudantes de Psicologia não serão corretamente instrumentalizados(as) para a atuação profissional ética de demandas relacionadas ao tema, não compreendendo quais são os fenômenos psicológicos (individuais, relacionais e sociais) que colaboraram, ou não, para a saúde sexual, impedindo, ainda, a confrontação com antigos “pré-conceitos” que podem atrapalhar no acolhimento em Psicologia, assim como proporcionando um momento fundamental para a eliminação de dúvidas e de assimilação de modos de intervenção frente ao sofrimento humano.

Por fim, este levantamento de dados aponta a necessidade de uma pesquisa mais ampla, com a participação de diversas IES de outros estados, que possa aprofundar a compreensão sobre a perspectiva dos(as) estudantes quanto à formação em Psicologia

⁹ “Las prácticas educativas orientadas al desarrollo subjetivo estimulan posibilidades para la emergencia de los individuos como sujetos en las diferentes prácticas humanas”.

no que tange a preparação para o trabalho com demandas da sexualidade.

Atualmente, a sexologia tem estado mais aparente não só como um campo de especialização e trabalho clínico, mas também como imprescindível para uma compreensão da saúde mental de maneira ampla, com suas determinantes sociais e interpessoais. Por entendermos que não há como destacar uma atuação comprometida com a ética profissional a uma formação ampliada que seja capaz de fornecer ferramentas básicas para o trabalho clínico (Baccarim & Tagliamento, 2020) é que se faz urgente não só a implementação de disciplinas que abordem as questões de sexualidade, sexo, disfunções sexuais, orientações sexuais, identidades de gêneros, movimentos sociais identitários para pessoas LGBTQIAP+, como a continuação e a valorização de eventos extraclasse que abordem estas questões e convidem pessoas da comunidade para que possam ser protagonistas no ambiente acadêmico.

Referências

- Associação Americana de Psiquiatria. (2023). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM 5-TR* (5a ed., rev.). Artmed. Recuperado de <https://www.psychiatry.org/psychiatrists/practice/dsm>
- Associação Americana de Psiquiatria. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5* (5a ed.). Artmed. Recuperado de <https://www.psychiatry.org/psychiatrists/practice/dsm>
- Baccarim, R. C. G., & Tagliamento, G. (2020). Acesso de pessoas trans à saúde: uma análise das práticas de profissionais. *Psicologia Argumento*, 38(102), 604-625. <https://doi.org/10.7213/psicolargum.38.102.AO01>
- Bonato, F. R. C. (2019). *A formação científica sobre sexualidade nos cursos de graduação em psicologia da região de Curitiba*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná]. <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61911/R%20-%20D%20-%20FERNANDA%20RAFAELA%20CABRAL%20BONATO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Bonato, F., Mussi, A., & Ferrarini, N. (2022). Oficinas sobre sexualidade: uma possibilidade para suprir lacunas na formação em Psicologia? In G. M. Polli, & G. Tagliamento (Orgs.), *Pesquisa e prática na formação em Psicologia: graduação e pós-graduação* (pp. 129-150). Juruá.
- Bonato, F., Mussi, A., Ferreira, J. M., & Ferrarini, N. (2022). O que a análise dos ementários e matrizes curriculares de cursos de graduação em Psicologia nos diz sobre a formação de psicólogos(os) diante da sexualidade humana? In W. L. Paranhos (Org.), *Gêneros, sexualidades e performatividades: perspectivas contemporâneas* (pp. 91-104). Bagai.
- Bonato, F. R. C., & Baccarim, R. C. G. (2023). Sexualidades e gêneros em retrospecto: um olhar sobre o estudo e desenvolvimento dos critérios diagnósticos no DSM-5-tr e CID-11. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 16(8), 12643-12667. <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.8-221>

- Borges, L. S., Canuto, A. A. A., Oliveira, D. P., & Vaz, R. P. (2013). Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 730-745. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300016>
- Catelan, R. F. (2022). *O que você precisa saber sobre disfunções sexuais e tem medo de perguntar*. Sinopsys.
- Conselho Federal de Psicologia. (1992). *Atribuições profissionais do psicólogo no Brasil*. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Recuperado de http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2018). *Ano de formação em Psicologia 2018: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia*. Recuperado de <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/cartilha-Ano-da-Forma%C3%A7%C3%A3o-em-Psicologia.pdf>
- Gonzalez Rey, F. L. (2001). A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. *Psicol. da Ed.*, 13, 9-15. Recuperado de http://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao_biblio/fernando/artigos/educacao_e_subjetividade/A_pesquisa_e_o_tema_da_subjetividade.pdf
- Goulart, D. M., Gonzalez Rey, F., & Torres, J. F. P. (2019). El estudio de la subjtividad de profesionales de la salud mental: una experiencia en Brasilia. *Athenea digital*, 19(3), 1-21. Recuperado de https://atheneadigital.net/article/view/v19-3-goulart-gonzalez-pati%C3%B1o/2548-pdf-es?fbclid=IwAROGmw1WCj-h6PfNOya84jUcdoPo8J-QetD3-WvbBzSHwhQr_u34mfrLi7s
- Mazer, T. Z. (2020). Infidelidade: impasses e impactos na prática clínica — memória, reflexões e integrações. In D. Bertoncello, A. S. A. Cunha, & T. Z. Mazer (Orgs.), *Infidelidade conjugal e processos de apego* (pp. 19-40). Artesã.
- Organização Mundial da Saúde. (1946). *Constitution of the World Health Organization*. WHO. Recuperado de <http://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf?ua=1>
- Organização Mundial da Saúde. (2006). *Defining sexual health: Report of a technical consultation on sexual health*. Recuperado de https://www.who.int/reproductivehealth/publications/sexual_health/defining_sexual_health.pdf
- Organização Mundial da Saúde. (2019). *ICD-11 Reference Guide*. Recuperado de <https://icd.who.int/icd11refguide/en/index.html>
- Paiva, V. (2008). A psicologia redescobrirá a sexualidade? *Psicologia em estudo*, 13(4), 641-651. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122111002>
- Quevedo, J. E. M. (2017). *Educación, diversidad sexual y subjetividad: una aproximación cultural-histórica a la educacion sexual escolar em Cali-Colombia*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23565/1/2017_JorgeEduardoMoncayoQuevedo.pdf
- Resolução nº 5, de 15 de março de 2011. (2011). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Conselho Nacional de Educação, http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces005_11.pdf
- Resolução nº 8, de 07 de maio de 2004. (2004). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Câmara Nacional da Educação, http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf
- Senem, C. J. (2015). *Formação e sexualidade: um estudo a partir dos relatos dos estudantes de diferentes cursos de psicologia*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho]. <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126411/000841093.pdf?sequence=1>
- Sposito, S. E. (2015). *Homossexualidades nas pesquisas em pós-graduação em psicologia: da despatologização à luta por direitos*. [Tese Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho]. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/136106>